

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Reprodução Proteste



População de 30 a 39 anos são os mais negativados

Inadimplência atinge 127 mil petropolitanos

Um levantamento da Câmara Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) aponta que 70 milhões de brasileiros adultos estavam negativados em abril de 2025, o que representa 42,36% da população economicamente ativa. Em Petrópolis são 127 mil pessoas negativadas. O levantamento, que inclui dados de todas as capitais, interior dos 26 Esta-

dos e do Distrito Federal, mostra que a inadimplência no mês passado atingiu 70,29 milhões de pessoas e reforça um cenário de alerta para o comércio e da economia. O crescimento se concentra, principalmente, nas dívidas com mais de três anos de atraso, que saltaram 46,43%. O grupo etário mais atingido é o de 30 a 39 anos, com 23,73%.

Comissão especial

A Câmara Municipal de Petrópolis criou uma Comissão Especial para acompanhar a convocação e posse dos profissionais de educação, aprovados no concurso público de 2022. A Comissão terá como integrantes os seguintes parlamentares: Léo França (PSB) como

presidente, e os vereadores Dr. Aloísio Barbosa (PP) e Professora Lívia Miranda (PCdoB). O prazo será de 180 dias para acompanhar o processo. A medida é um desdobramento das audiências públicas e dos profissionais que solicitam agilidade na convocação.

Márcia Ribeiro



Apresentação acontece a partir de 30 de maio

Cia de Ballet Dalal Achcar se apresenta em Petrópolis

Petrópolis se prepara para viver duas noites de pura arte e emoção com o espetáculo "Triple Bill", apresentado pela Cia de Ballet Dalal Achcar, nos dias 30 de maio e 1º de junho, no palco do histórico Teatro Imperial. Os espetáculos contam com patrocínio master do Instituto Cultural Vale, via Lei Federal de Incentivo

à Cultura. Composto por três coreografias — Cardinal, Paradise Garden e Fuga a Technic@— o espetáculo promete encantar o público com uma apresentação cheia de emoção. A proposta do "Triple Bill" visa oferecer uma experiência envolvente, reunindo diferentes estilos de dança e música em uma única noite.

Reajuste na tarifa de água

Foi aprovado na Câmara de Petrópolis o Projeto de Lei que proíbe o reajuste da tarifa de água e esgoto em caso de descumprimento do contrato de subconcessão por parte da concessionária. A proposta, também fortalece a transparência nos proces-

sos de definição de tarifas e amplia o papel fiscalizador do Legislativo e da sociedade. O texto prevê ainda que toda proposta de reajuste com planilhas e justificativas deverá ser apresentada com antecedência mínima de dois meses ao legislativo.

Blitz educativa na Praça Dom Pedro

A Prefeitura e a Comissão de Trânsito e Transportes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promoveram uma blitz educativa na praça Dom Pedro II, no Centro Histórico. A ação aconteceu nesta quarta-feira (14) e contou com atividades da mini cidade do trânsito para as crian-

ças e aferição de pressão. A blitz educativa começou às 9h. As equipes abordaram os motoristas e distribuíram material educativo sobre os cuidados para tornar o trânsito mais seguro. No domingo também haverá uma carreata de conscientização dos motoristas.

Crazy Park está proibido de operar em qualquer cidade

Justiça pede explicações sobre diferença de laudos da vistoria

Mariana Braga/CM

Por Gabriel Rattes

O Crazy Park Ltda está oficialmente proibido de operar em qualquer cidade do território nacional. A decisão, assinada pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves, da 4ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis, foi tomada após o acidente que matou um jovem de 19 anos na atração "Expresso do Amor", instalada no Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, em Itaipava. O documento foi assinado no dia 10 de maio, mas só veio a público nesta terça-feira (13).

Além da suspensão nacional, o magistrado determinou a indisponibilidade dos bens da empresa e de seu sócio, Célio de Jesus Campos. Jorge Martins também proibiu qualquer ato humano ou mecânico que altere o cenário fático. O descumprimento da ordem judicial acarretará multa de R\$ 1 milhão à empresa e sanções civis e criminais.

Entenda o caso

Na noite de sexta-feira (02), um acidente em um dos brinquedos do parque de diversões Crazy Park, instalado na Expo Petrópolis 2025, resultou na morte de um homem. Duas mulheres também ficaram feridas. As vítimas foram socorridas dentro do parque e encaminhadas para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Itaipava. Morador de Miguel Pereira, João Victor Souza Trindade, de 19 anos, faleceu ao chegar na unidade devido a múltiplas lesões, uma mulher teve ferimentos, mas foi liberada, e a outra teve escoriações e foi liberada ainda na madrugada. Testemunhas afirmam que a trava de segurança do brinquedo "Expresso do Amor" soltou em uma das voltas.

Divergência entre laudos chama atenção

Um dos pontos que preocupa a Justiça e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) é a divergência entre os laudos emitidos pelo Corpo de Bombeiros e pelo GAP (Grupo de Apoio aos Promotores). A contradição já havia sido alertada em reportagem do Correio Petropolitano e



Magistrado determinou a indisponibilidade dos bens da empresa e de seu sócio

agora entrou oficialmente no radar do Judiciário.

Uma vistoria foi realizada no dia 3 de maio de 2025 no parque de diversões pela equipe do CBMERJ, que percorreu todos os brinquedos avaliando as condições de cada um e o cumprimento das exigências propostas anteriormente. O laudo dos bombeiros, que culminou na interdição do local, apresentou cinco irregularidades. O GAP, vinculado ao MPRJ, acompanhou a vistoria dos bombeiros e produziu um laudo mais detalhado, com 12 irregularidades, incluindo falhas estruturais graves não mencionadas pelo Corpo de Bombeiros.

O juiz determinou que o 15º Grupamento de Bombeiro Militar de Petrópolis esclareça, com urgência, as diferenças entre o auto de interdição feito pelo CBMERJ e o relatório técnico do GAP. A contradição pode resultar em sanções para o órgão considerado omissivo.

Tentativas de desmonte e entrada ilegal

Mesmo com a interdição decretada, foram registradas várias tentativas de descumprimento da ordem judicial. No dia seguinte ao acidente, representantes do parque tentaram desmobilizar a estrutura. A Justiça e a Guarda Civil Municipal intervieram para impedir a desmontagem irregular.

No dia 8 de maio, câmeras de segurança flagraram dois homens tentando entrar na área do parque antes da abertura ao público, ale-

gando que fariam uma perícia no local. Um deles é o engenheiro responsável pelo evento. Segundo o juiz, o profissional não mencionou sua função técnica antes de ser conduzido à delegacia, o que foi considerado "ética iníqua".

Para garantir a integridade das provas, o juiz solicitou que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) indique urgentemente engenheiros especializados para realização de perícia técnica nos brinquedos e estruturas do parque.

O Município de Petrópolis, por meio da Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública (SESOP), também foi encarregado de manter todos os equipamentos sob custódia. Em caso de descumprimento será gerada uma multa de R\$ 1 milhão à pasta municipal e de R\$ 50 mil ao secretário Marcelo Chitão Ramos.

O que diz o Crazy Park?

Em resposta ao jornal Correio Petropolitano, a assessoria jurídica do parque afirmou que o Crazy Park ainda não foi intimado da decisão judicial e, assim que tomar conhecimento pelos meios oficiais, será analisada a necessidade ou possibilidade de eventual recurso.

"Quanto às investigações em andamento, o parque está colaborando amplamente com as autoridades competentes e envolvidas e, não pode comentar detalhes antes das conclusões e relatórios finais", completou.

O que diz o CBMERJ?

Procurado anteriormente pela equipe do jornal, o Corpo de Bombeiros informou que, de acordo com a legislação vigente, não há obrigatoriedade de vistoria prévia para emissão da autorização para este tipo de estrutura. Informou também que é responsabilidade do administrador de qualquer tipo de estabelecimento o contato com a Corporação para fins de regularização e adequação às normas de segurança contra incêndio e pânico.

"A veracidade das informações e conformidade das instalações é integralmente do responsável legal do imóvel e do responsável técnico à instalação, inspeção e manutenção dos equipamentos mecânicos e outras estruturas do local", disse.

De acordo com a corporação, o parque possuía autorização emitida pelo CBMERJ, com validade de 18 de abril a 17 de julho de 2025, concedida após o cumprimento, à época, das exigências legais estabelecidas. "Como parte do processo de regularização, foram apresentados documentos e certidões técnicas assinados por profissional legalmente habilitado, conforme previsto no Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico. O CBMERJ acrescenta que o incidente motivou uma inspeção no local, onde foi constatado que a estrutura estava em desacordo com o projeto inicialmente aprovado, resultando na interdição e na notificação dos responsáveis", diz a nota emitida.

Câmara Municipal aprova lei de prevenção aos impactos das Bets

Joedson Alves/Agência Brasil

Por Leandra Lima

As apostas online, mais conhecidas como "Bets", em todas vertentes, sendo esportivas e jogos de azar, lido como cassinos digitais, virou uma preocupação das instituições políticas e sociais de todo Brasil, por conta do impacto econômico negativo e social, ligado à saúde da população. Segundo os dados do 'Panorama Político 2024: Apostas esportivas, golpes digitais e endividamento', do Instituto DataSenado, só em agosto de 2024 cerca de 22,13 milhões de indivíduos participaram de Bets. Frente a popularização desses tipos de aposta, a Câmara Municipal de Petrópolis aprovou na última terça-feira (13), o projeto de lei que institui o "Programa de Prevenção aos Impactos das Apostas Online (Bets) e de Combate à Ludopatia (vício em jogar)", no município.

A iniciativa, proposta pelo vereador Thiago Damaceno (PSDB), traz a problemática do vício em apostas, especialmente esportivas, entre a população jovem, e tem objetivo de enfrentar



Iniciativa é do vereador Thiago Damaceno (PSDB)

a questão. Além disso, também busca criar diretrizes para a proteção da saúde mental e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à conscientização e ao tratamento da dependência em jogos, uma patologia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para o parlamentar é urgente tratar a questão mencionada, "o projeto representa um passo importante para enfrentar uma realidade que tem comprometido não apenas a saúde mental e emocional de milhares de pessoas, mas também contribuído para o endividamento

familiar e casos extremos de tentativa de suicídio", ressaltou.

O programa vai funcionar como um difusor de informações sobre os malefícios do vício, além de oferecer apoio e tratamento para patologia. A lei também prevê: ações e campanhas permanentes para orientar sobre os riscos; proibição de publicidade de apostas voltada a crianças e adolescentes, e o incentivo ao uso de tecnologias de segurança para proteger os usuários mais vulneráveis. Após aprovação na Casa Legislativa, o projeto segue para o Executivo.

Cenário

De acordo com dados do Banco Central (BC), a maioria dos apostadores têm entre 20 e 30 anos, mas ressalta-se que as apostas são realizadas por indivíduos de diferentes faixas etárias, por exemplo por um adolescente de 16 anos. A análise do BC mostrou que o valor médio mensal das apostas aumenta conforme a idade, normalmente os mais jovens transferem para as betes cerca de R\$100 por mês, já os mais velhos esse valor quase triplicou ultrapassando R\$ 3.000 por mês.

Outro dado expressivo é em relação aos apostadores de famílias em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa demonstrou que em agosto de 2024, um estimado de cinco milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família (PBF) enviaram R\$ 3 bilhões às empresas de aposta utilizando a plataforma Pix, sendo a mediana dos valores gastos por pessoa de R\$ 100. Sendo que parte desses indivíduos, em torno de quatro milhões (70%) eram chefes de família e enviaram R\$ 2 bilhões (67%) por Pix para as Bets.